

Paulo Miguel Rodrigues

Centro de Artes e
Humanidades da
Universidade da Madeira;
Centro de Investigação
de Estudos Regionais e
Locais (CIERL)

Por decisão pessoal, o autor do texto não escreve segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990. (N.do E.)

DA MADEIRENSIDADE: CONTRIBUTO PARA UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA^[8]

1. O problema

O conceito de *Madeirensidade*, sobre o qual nos temos debruçado há alguns anos, com vários tipos de intervenção, oral ou escrita, continua a ser pouco frequente na reflexão histórico-cultural sobre a Madeira^[9]. Até que ponto se poderá falar de *Madeirensidade*? Em que medida é possível analisar historicamente, detetando eventuais linhas de continuidade e ruptura, a manifestação concreta daquilo que aqui designamos por *Madeirensidade* (mesmo sem o registo expresso de uma expressão vocabular)?

⁸ O texto que aqui apresentamos é inédito, mas será curial esclarecer que o seu conteúdo tem por base outras duas intervenções: primeiro, uma comunicação, “Da insularidade: prolegómenos e contributo para o estudo dos paradigmas da Madeirensidade (1910-1926)”, que apresentámos em Julho de 2010, no Funchal, no I Congresso Internacional sobre as Ilhas – As Ilhas e o Mundo e o Mundo das Ilhas, organizado pelo CEHA e publicado no seu *Anuário*, n.º 2, 2010b, pp. 210-228; depois, um pequeno texto publicado, na *Newsletter* do CEHA, n.º 12, Funchal, em Outubro de 2012, pp. 3-4.

⁹ Uma rápida pesquisa nos principais motores de busca da Internet será, a este respeito, suficientemente elucidativa. Em finais de Julho de 2010, por exemplo, o vocábulo *madeirensidade* teve apenas 6 referências (no *Google*). Não deixa de ser curioso, mas passados quatro anos, em Julho de 2014, já era possível detectar mais de 800 referências, ainda que a maior parte deles associadas a trabalhos ou intervenções apresentadas por aquele que agora vos escreve. Acrescente-se que, respectivamente, *Açorianidade* teve 26.700 e 20.100 e *Cabo-verdianidade* apresentou 133.000 e 5.460. Ainda assim, o nosso esforço, de há já alguns anos, parece, ter contribuído para lançar algumas sementes, ao ponto de na sessão solene de 2013 do Dia da Região e das Comunidades Madeirenses (1 de Julho) o historiador Alberto Vieira, na qualidade de conferencista convidado, ter defendido a ideia de *madeirensidade* como forma de realçar “o contributo que a Madeira e os madeirenses deram ao mundo na projecção dos Descobrimentos portugueses”, numa intervenção intitulada “A Madeira e os Madeirenses na Construção de Portugal, da Europa e do Mundo” (Cf. *Jornal da Madeira e Diário de Notícias*, 02-07-2013).

Refletir sobre este tema representa, portanto – temos disso consciência – correr alguns riscos, potenciados quer pelos problemas e pela complexidade intrínsecos ao assunto (até porque, direta ou indiretamente, os conceitos de Identidade, de Insularidade e de Autonomia também a ele podem aparecer associados)¹⁰; quer por uma mentalidade, ainda prevalecente em Portugal, tradicionalmente avessa a certo tipo de observações, chamadas de atenção e críticas, que confunde o debate (que se pretende construtivo, profícuo e produtivo) com ataques pessoais ou que se procura servir (para fazer prevalecer a sua opinião) de um estatuto que só o tempo (de vida) parece justificar; quer ainda por termos de lidar (inevitavelmente) com as observações e opiniões de gente que nunca refletiu sobre o assunto, nada percebe a seu respeito e que, por isso, considera que se trata de um não-assunto.

Reconheçamos, desde logo, que quando se fala de *Madeirensidade* o preconceito é o que mais prevalece. E este, para além de promover opiniões infundadas, reflete também, por vezes, (in)esperados graus de ignorância (da História) ou, pior ainda, preocupantes níveis de intolerância perante aquilo que manifestamente se desconhece e que, por isso mesmo, acriticamente se diz não existir.

Neste quadro, a academia tem por obrigação resistir a tais investidas hostis, mantendo a serenidade e o equilíbrio que são fundamentais para prosseguir naquele que é, por natureza, o âmbito do seu exercício: investigar, apresentar resultados e debatê-los, entre pares. Tudo o resto, venha de onde vier, não será mais do que uma tentativa de contaminar o debate e a pesquisa, sempre sem qualquer intenção construtiva.

A *Madeirensidade* é um conceito que emerge, antes de mais, de uma correlação de contributos de diversas áreas disciplinares que se ocuparam da realidade madeirense (*i. e.* da filosofia à economia, passando pela política, etnografia, pelos estudos artísticos e literários, pela linguística, antropologia, sociologia, história, geografia, biologia, etc.). Na sua construção e para a sua definição não existem elementos determinantes e muito menos se deve confundir ou sequer fazer depender a *Madeirensidade* da existência de uma literatura madeirense ou de supostas espe-

10 Sobre estes assuntos, vejam-se os textos publicados em *Cultura Madeirense: Temas e problemas* (2008, coord. de José Eduardo Franco), edição das comunicações apresentadas ao Congresso de Cultura Madeirense realizado em 1990, e nos *Anuários* de 2009 e 2010 do CEHA. V., também, Ana Salgueiro Rodrigues (2011), Paulo Miguel Rodrigues (2010b e 2012 Outubro).

cificidades biológicas, argumentos que por vezes foram apresentados em outros espaços culturais como foi o caso, no passado, do debate em torno do conceito de *Açorianidade*.

A nossa posição, embora discordando de tais argumentos, não os pode ignorar, até por termos em conta a aproximação que nos últimos anos se tem verificado entre os estudos da biologia, da genética e de política¹¹. Em nosso entender, a *Madeirensidade* existe (e persiste) para além de tudo isto, na medida em que ela só o é – e só poderá continuar a sê-lo – enquanto construção que resulta da correlação e reciprocidade dos diversos elementos que a constituem. A literatura, por exemplo, contribui para a construção da *Madeirensidade*, mas ao mesmo tempo é também o devir desta que promove a emergência, a afirmação e o desenvolvimento daquilo que podemos designar como literatura madeirense.

Estamos perante um princípio inter-relacional comum a todas as áreas disciplinares. Neste sentido, não se pode insistir no equívoco de entender a *Madeirensidade* como um conceito que se reporta a um simples elenco de temáticas únicas e supostamente exclusivas, tentando vê-las como o único modo de definir uma existência. Fazê-lo é seguir por uma via logo à partida limitadora para abordar a questão, via essa que, nos nossos dias, para além de nos dar uma perspectiva redutora, se revela também como uma via já ultrapassada. A própria definição de Identidade não se pode entender, hoje, de uma forma monolítica, mas sim heterogénea e dinâmica¹².

Daí que nos devamos afastar das teses essencialistas, que tanto caracterizaram o século XIX e se mantiveram sobretudo até à década de 30 do século XX, a época áurea da construção de conceitos como, por exemplo, os de *Caboverdianidade* ou de *Açorianidade*. Note-se que é para estas abordagens que, equivocadamente, alguns ainda hoje procuram remeter, quando ouvem falar sobre o assunto, tentando, com isso, derrotar à nascença qualquer tipo de nova abordagem conceptual, por

11 John R. Hibbing e Kevin B. Smith (2007); Steve Sturdy (2011 e 2013); Peter Hatemi e Rose McDermott (2012).

12 Peter J. Burke e Jan E. Stets (2009); Kathryn Woodward (org.) (2005) e *Europe in Black And White: Immigration, Race, and Identity in the 'Old Continent'* (2011); Para uma adaptação e perspectiva a partir da realidade açoriana: Onésimo Teotónio Almeida (1995, 2009).

considerarem anquilosada qualquer reflexão identitária no tempo actual, quando a Madeira, diariamente e a vários níveis, se relaciona com outros espaços político-culturais. Na verdade, só o desconhecimento e o preconceito acrítico poderão justificar esta resistência a discutir construtivamente a identidade insular madeirense, pois a História já mostrou a falácia de tais posições.

Felizmente que, para os casos cabo-verdiano e açoriano, o cordão umbilical que ligava a reflexão identitária ao momento inaugural em que cada uma das referidas comunidades se começou a pensar enquanto realidades político-cultural autónoma já foi há muito cortado. Hoje, naqueles arquipélagos, são múltiplas e variadas as linhas de análise da problemática identitária, revelando uma atitude despreconceituosa, que tem permitido não só uma (re)construção e actualização conceptual, mas acima de tudo uma análise ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva. Por outras palavras: se Vitorino Nemésio, Manuel Lopes ou Baltasar Lopes pensassem hoje a *Açorianidade* e a *Caboverdianidade* não o fariam, é indubitável, como o fizeram nas décadas de Vinte e Trinta do século passado, mas não deixariam de o fazer e de o pensar.

Estamos perante uma questão intrinsecamente dinâmica, que, no caso madeirense, não pode ser obliterada nem pela simples circunstância de se saber que, em outros lugares, a indagação identitária nasceu e foi colocada em contextos políticos e epistemológicos diversos dos atuais, nem por – erradamente, destaque-se – se considerar que por não ter sido forjada na Madeira uma conceptualização equivalente a *Açorianidade* ou *Caboverdianidade*, a identidade madeirense ou *Madeirensidade* não foi, no passado, objecto de reflexão¹³. A respeito desta não-existência terminológica, aliás, poder-se-iam colocar algumas hipóteses de explicação, duas das quais, por exemplo, nos remeteriam para a(s) política(s) coercivas do “Estado Novo” e/ou para a osmose que, até certo ponto, se verificou entre aquele e alguma da elite madeirense do pós-25 de Abril.

13 Em particular a respeito do caso açoriano, v. os textos recentemente publicados em *Reflexão sobre Mundividências da Açorianidade* (2010) e, entre outras, as diversas intervenções que sobre o assunto têm feito, desde há várias décadas, Onésimo Teotónio Almeida (1983, 1989, 2009) e António Machado Pires (2013). Para uma abordagem etnográfica sobre o conceito, v. João Leal (1997).

2. Política, literatura e intervenção

Dito isto, é importante avançar com a seguinte premissa: a insularidade e a migração (a montante) e a(s) ideia(s) de Autonomia, assim como a(s) vivência(s) diaspórica(s) (a jusante) sempre se revelaram fulcrais para a constituição e consciência da identidade madeirense e na verbalização da *Madeirensidade*. Ou seja: se esta é, em grande parte, um produto da dimensão insular madeirense e de tudo aquilo que lhe é correlativo, por outro lado, ela própria fomenta e sustenta a noção de Autonomia e (co)existe com a diáspora, revelando-se essencial, portanto, na fundamentação teórica e identitária global do ser madeirense.

É aqui que deve entrar a Universidade, da Madeira, enquanto elemento fulcral no processo independente de investigação, análise, estudo, debate, sedimentação, desenvolvimento e projecção do conceito.

A questão da *Madeirensidade* – como a devemos considerar, na sua dimensão e reflexão contemporâneas, sem colocar em causa, como é evidente, a existência de um passado mais remoto para ela relevante – ganha forma a partir do período das guerras napoleónicas, podendo encontrar-se na publicação da *Zargueida* (Lisboa, 1806) e da *Georgeida* (Londres, 1819), de Francisco de Paula Medina e Vasconcelos, um exemplo da verbalização literária da questão¹⁴. O próprio conflito, aliás,

14 Francisco de Paula Medina e Vasconcelos (1768-1824) foi deportado para Cabo Verde em 1823, na sequência da *Alçada* e da *Devassa* que naquele ano enviadas e realizadas na Madeira, para inquirir sobre os acontecimentos e julgar os intervenientes no processo de adesão da Ilha (em Janeiro de 1821) aos ideais da então primeira experiência liberal portuguesa. Acabou por falecer naquele arquipélago, em 1824. *Zargueida, Descobrimto da Ilha da Madeira, Poema Heroico* (1806) é um poema épico não por acaso dedicado ao Conde de Vila Verde, membro do Conselho de Estado e ministro assistente ao despacho do então Príncipe Regente, D. João. Estamos, assim, perante um texto também dedicado à Coroa portuguesa. Pelo contrário, *Georgeida* (publicado em 1819, mas cuja versão original, como reconheceu o seu autor, é de 1811), outro poema épico, foi dedicado a Robert Page, um influente comerciante britânico estabelecido no Funchal, feito Cavaleiro da Real Ordem da Torre e Espada. Destaque-se, portanto, o significado (da diferença) de ambas as dedicatórias, tendo presente as datas e os locais de edição, reveladoras do sentimento, das preocupações, dos objectivos e do espírito do autor. Sem nos alongarmos muito nas explicações, limitamo-nos a indicar que tendo sido ambos os textos produzidos durante as guerras napoleónicas, em 1805-06, apesar do clima tenso e de ameaça franco-espanhola, a Coroa portuguesa ainda se encontrava em Lisboa; em 1811, o centro do Império transferira-se para o Rio de Janeiro, na Madeira encontravam-se tropas britânicas (desde finais de 1807), sem quaisquer perspectivas de retirada, três anos depois de um período de três-quatro meses em que, na sequência da *tomada* da Ilha, a Coroa britânica fizera hastear a *Union Jack* nos fortes e fortalezas e passara a exercer a soberania política (para além do comando militar), que então manteve até Abril de 1808. Em 1819, como se sabe, a Coroa portuguesa permanecia no Rio (onde ficou até 1821). Na

por tudo aquilo que o envolveu (do militar ao político, passando pelo económico-financeiro, social e ideológico) e, depois, pelo que deu origem e/ou promoveu, na Europa e no Atlântico, representa, a vários níveis, um momento que podemos considerar de *genético* no que à *Madeirensidade* diz respeito e a tudo aquilo que ela envolve, em particular na sua intrínseca ligação à ideia de Autonomia¹⁵.

Depois, ao longo dos séculos XIX e XX, deu-se um fenómeno interessante (e relevante, tendo em conta o objecto deste texto) que, no extremo, transformou o arquipélago madeirense numa espécie de *espaço fronteira*¹⁶: não era Reino, nem Metrópole, sendo antes assumido, pelo poder central instituído, desde o último quartel do século XVIII, como Província, embora não Ultramarina.

Na verdade, porém, nos quadros mentais da época, era entendido como uma Colónia e assim se manteve pelo menos até ao início do chamado período liberal, época em que juridicamente (pela Constituição de 1822) se transformou, embora de uma forma artificial – por razões que aqui não interessa desenvolver –, numa *Adjacência* (ao Reino), estatuto que se manteve – destaque-se – entre 1822 e 1974-76. Quanto à transformação e/ou evolução dos quadros mentais, essa é outra questão¹⁷.

Ilha desenvolvera-se (e até se concretizara, *de facto* e *de jure*, em algumas áreas) o sentimento autonomista, tendo surgido, inclusive, ideias independentistas. Por outro lado, após algum impasse, em Outubro de 1814, o governo britânico retirara as suas forças militares. Acrescente-se que desde 1817 (na sequência dos problemas em Pernambuco, onde também existia uma importante comunidade madeirense), a Coroa portuguesa redobrou a vigilância sobre a situação e as opiniões veiculadas na Ilha. Até 1819 viveram-se alguns momentos de tensão (com diversas causas e motivações), entre os quais se pode destacar a chamada *Revolta dos Colonos*.

15 Cf. Paulo Miguel Rodrigues (2011 e 2012).

16 Embora entendendo o conceito de fronteira apenas como “limite geográfico da sociedade”, veja-se para o caso dos Açores o texto “O Arquipélago dos Açores como espaço de fronteira”, de quádrupla autoria: Gilberta Pavão Rocha, José Damião Rodrigues, Artur Boavida Madeira e Albertina Monteiro (2005).

17 Cf. Paulo Miguel Rodrigues (2011).

No início do século XX a *Grande Guerra*, para além de ter contribuído para a queda de impérios, fomentou também o (re)surgimento identitário, em alguns casos pela via do nacionalismo, do fascismo ou do nacional-socialismo. Acauteladas as devidas diferenças, note-se como, em certa medida, o conflito mundial, que foi antes de mais europeu e atlântico, nos remete para algumas das constantes linhas de força (na feliz expressão de Borges de Macedo) que se haviam colocado após as guerras napoleónicas, sabendo-se também que ambos os conflitos tiveram repercussões múltiplas, por vezes agudas, nos espaços mencionados.

A respeito da Guerra de 1914-1918 e de algumas das suas consequências, vejam-se os casos da Irlanda e da Escócia, seguidos com muita atenção desde o Funchal, mas em particular o primeiro. Em Agosto de 1917, por exemplo, o *Diário de Notícias* considerava a Madeira a “Irlanda portuguesa”.

Mas este era um tema complexo, até porque a questão da secessão da Ilha a favor dos britânicos foi um dos temas históricos a ser recuperado, em particular nos primeiros meses de guerra. A este respeito devem destacar-se alguns textos publicados no *Heraldo da Madeira* que, apesar de não estarem assinados, tudo indica que terão sido escritos por João dos Reis Gomes e/ou por Fernando Augusto da Silva. Mas aqui a questão da autoria é secundária¹⁸.

O tópico da secessão ganhou relevância por causa do conflito mundial, surgindo num quadro de (re)emergência da importância da Ilha como ponto estratégico (à semelhança do que sucedera durante as guerras napoleónicas), quando se voltava a destacar a importância do Atlântico para o Império britânico e se reconhecia como|

18 Não é fácil identificar a autoria destes (e de outros) textos publicados (em vários periódicos), pelo facto de não se encontrarem assinados. Apesar disto, tal ausência permite-nos deduzir que tais textos veiculam a opinião do(s) redactores(s), excepto nos casos em que existem indicações expressas em que isso não sucede. Em relação aos textos a que fazemos menção, publicados no *Heraldo da Madeira*, a dúvida sobre a sua autoria fica a dever-se ao facto de também termos verificado que, para além de Fernando Augusto da Silva, também Reis Gomes (director do periódico até 1915) já havia publicado sem assinar em números anteriores.

Portugal, usando a Madeira, o poderia auxiliar e daí retirar contrapartidas¹⁹.

Ainda a este propósito se recuperou a circunstância da cessão da Ilha ter feito parte das negociações e do dote de D. Catarina (filha de D. João IV), no seu casamento (em 1662) com Carlos II (de Inglaterra), questão levantada em 1873, por Álvaro Rodrigues de Azevedo, nas suas “Notas” a *Saudades da Terra*²⁰.

Depois, em Dezembro de 1916, uma semana após o primeiro bombardeamento do Funchal por um submarino alemão, o *Diário da Madeira* comparava a diferença entre as respostas dadas pelo poder central, entre 1566 e 1916: no primeiro caso, após o famoso ataque corsário, afirmava-se que a atitude fora enviar de imediato uma armada em socorro da Ilha (sabe-se, hoje, que o contingente enviado, muitos deles mercenários, acabou por saquear uma segunda vez a cidade, mas para o efeito isto é irrelevante); pelo contrário, passados 350 anos, após o bombardeamento, garantia-se que pouco ou nada se fizera. Para o editor daquele periódico, José Baptista Santos, neste confronto de duas épocas a conclusão a tirar era simples: um simples estudo contrastivo só se podia prestar a “comentários e conclusões bem duras”, às quais, note-se, afirmava preferir não chegar²¹.

É interessante verificar, portanto, como, durante o período em causa, a produção textual publicada nos periódicos madeirenses – do *Heraldo* e do *Diário da Madeira*, ao *Diário de Notícias*, passando pel’*O Independente* e pel’*O Madeirense* – colocou, sem surpresa, a tónica na defesa dos *interesses madeirenses*, assumindo-os como carácter distintivo, que se deveria alcançar desde o mais imediato, associado à componente económico-financeira (de que a criação de uma *Comissão Patriótica de Protecção e Defesa dos Interesses Madeirenses*, em 1916, é um exemplo), até

19 [João dos Reis Gomes?], “A Inglaterra e o domínio do Atlântico – A Ilha da Madeira, valioso ponto d’apoio estratégico – como pode Portugal auxiliar a sua poderosa aliada”, *Heraldo da Madeira*, 16-09-1914.

20 [João dos Reis Gomes?], “A Madeira e D. Francisco Manuel de Melo – IV. A cessão desta à Inglaterra”, *Heraldo da Madeira*, 24-10-1914.

21 “Confronto de duas épocas... (o que sucedeu no século XVI, em 1566 – o que sucedeu no século XX, em 1916)”, *Diário da Madeira*, 14-12-1916. Era redactor principal e editor, José Cruz Baptista Santos.

ao mais profundo, que envolvia o debate ideológico, em torno da especificidade madeirense, passando por um conjunto de reivindicações e exigências ditas *fundamentais*, de carácter político, concomitantes com propostas sobre a necessidade urgente de se criar o que então entendeu chamar-se de *Partido Regional* (Paiva Lerenó, n’*O Independente*, em 1915) ou com a efectiva instituição, em Lisboa, de uma Liga para defender os interesses da Ilha (como destacava *O Madeirense*, em Agosto de 1918).

A este respeito, portanto, assumimos o pressuposto de que em períodos de crise internacional múltipla (e, por isso, profunda) e de vincada instabilidade interna (em particular quando consequência daquela), foi constante, devido a factores conjunturais, uma maior propensão para a emergência, reflexão, expressão e concretização da *Madeirensidade*, mesmo que isso não tenha sido assim designado e, inclusive, se tenha associado a outras ideias/conceitos, como os de *regionalismo* e *autonomia* madeirenses, os quais, sendo importantes para a definição daquela, devem ser entendidos apenas como parte de um todo (a *Madeirensidade*) muito mais vasto e complexo.

3. O espaço insular

Cada Ilha é um *topos* que, pelo seu carácter condensado e delimitado, se configura como projecção microcós mica do universo. Um micro-universo autónomo, centrado sobre si mesmo e dotado de mecanismos próprios de funcionamento, mas que, simultaneamente, apenas se percepção como Ilha, quando colocado em relação com os outros (sejam eles espaços – o mar, o continente ou outras ilhas – ou seres). Pensar a Ilha como Ilha implica colocá-la numa relação com a diferença, reflexão apenas possível quando aquele que a protagoniza descobre a experiência da dualidade e do relativismo²².

A Ilha, dada a precariedade territorial e dita (ultra)periférica do seu espaço, assim como o seu carácter condensado, desenha-se como um microcentro em

22 Cf. J. M. Racault (1995).

clivagem e descontinuidade relativamente a outros centros (geralmente mais poderosos e situados no universo extra-insular); a Ilha é um centro alternativo (e por vezes em alternância, quando se regista uma constante movência entre vários centros e periferias) relativamente a outras centralidades conhecidas. Na verdade, a Ilha configura-se como reprodução metonímica do Mundo e, particularmente, como *mundo-à-parte*, como um verdadeiro universo alternativo a outros mundos.

A Ilha emerge, portanto, como um espaço que é, em simultâneo, centrípeto e centrífugo, prisão *exilante* e refúgio paradisíaco e, por vezes, como no caso da Madeira, lucrativo entreposto de trânsitos múltiplos e miscigenadores. É, ao mesmo tempo, espaço de consolidação identitária e lugar de risco/ameaça; um local de (re) nascimento e morte^[23].

Já muito se escreveu sobre o Funchal ter sido, entre os séculos XV a XVII, um lugar de paragem (quase) obrigatória para grande parte daqueles que circulavam, a partir da Europa, nas principais rotas atlânticas e transoceânicas. Esta foi uma realidade que se manteve, quase inalterável, por razões técnicas, até ao século XIX, fazendo com que a Ilha se afirmasse não só como ponto importante na periferia da poderosa Europa, local de ancoragem estratégica, mas também, em simultâneo, como microcentro atlântico.

E esta foi uma realidade – é necessário dizer-se – que não desapareceu por completo com a implantação da navegação a vapor, mas sim que se alterou, renovando-se e reformulando-se. Primeiro, devido à hegemonia britânica no Atlântico; depois com o desenvolvimento da afirmação francesa na África Ocidental; e, por último, com a ascensão da Alemanha e a projecção dos interesses mundiais das grandes potências nos espaços atlântico e africano.

Confirmou-se, assim, uma *centralidade periférica*, cujas raízes, na verdade, nos remetem para a chamada *rota portuguesa* (como lhe chamaram Jacques Godechot e Borges de Macedo), por oposição à *espanhola* (das Canárias), embora, a este respeito, também concordemos com Albert Silbert, quando acrescenta que a primeira, sendo *portuguesa* (por soberania), se tornou mais *inglesa* a partir do

23 Cf. Frank Lestringant (1995). A respeito da teorização da centralidade periférica e da *ilheidade*, v. Ana Salgueiro Rodrigues (2010a e 2010b).

século XVIII (e depois *britânica*)^[24]. Foi tudo isto que, por exemplo, em particular ao longo do século XIX, os britânicos interpretaram quase integralmente, entendendo a Madeira como um ponto crucial na(s) sua(s) política(s) para o Atlântico.

Eis o que devemos ter presente para que se possa desenvolver a abordagem – como entendemos que deve ser feita, *global*, portanto – ao conceito de *Madeirensidade*, que neste sentido deve ser projectado muito para além do campo literário (e da Literatura *Madeirense*, se quiséssemos introduzir ainda mais um elemento para debate).

4. A dimensão

Mas se aquilo que escrevemos se pode inserir no que consideramos como a *dimensão substantiva* da *Madeirensidade* – que envolve as dimensões política, económica, linguística, social, literária, antropológica, geográfica, psicológica e cultural –, o debate e a reflexão não se devem concentrar apenas nos conteúdos que tais campos do saber revelam e expressam, mesmo sabendo que são os nucleares. Na verdade, impõe-se ter também sempre presente no debate a análise da presença e/ou ausência da Madeira na expressão da *Portugalidade*, da *Europeidade* e até da *Atlantidade*.

Neste sentido, o que fomos, somos ou seremos é não só aquilo de que fazemos parte e onde nos integramos, mas também o que os outros conhecem de nós; é também a ideia, noção e consciência que o outro tem de nós e, no extremo, da importância que temos na realização do Todo. Daí que a *Madeirensidade* se deva começar a afirmar pela preservação da Memória, alicerce para se sustentar e concretizar e, ao mesmo tempo, promover o saber, elemento essencial para a sua existência.

A este respeito, a realidade política e as condicionantes editoriais impostas pelo “Estado Novo” – claramente influenciadas pela natureza do regime e pelo

24 Jacques Godechot (1947). Jorge Borges de Macedo *et al.* (1969). Albert Silbert (1954, reed. 1997).

sistema político, assim como pelos acontecimentos de 1931 e pela instabilidade que se manteve até 1936^[25] –, vieram interromper uma fase produtiva, de contínua abordagem e desenvolvimento dos temas da Autonomia e do *ser madeirense*, que se haviam (re)iniciado em finais do século XIX, prolongado durante a primeira década de 1900 e impulsionado no período da Grande Guerra e nos anos que se lhe seguiram, até finais da década de Vinte, em paralelo e coincidindo com movimentos de teor semelhante nos Açores e em Cabo Verde^[26].

No caso madeirense – como depois no açoriano e mais tarde no cabo-verdiano – estamos perante um interesse que se vai inserir (catalisar) pelas comemorações do 5.º Centenário da *Descoberta* ou *Achamento* do arquipélago (a que adiante voltaremos), deverbais cuja adopção, acentue-se, não foi pacífica, tendo em conta que alguns defendiam ser mais correto falar-se de *Colonização* (após 1425). Aliás, a defesa do *achamento*, em detrimento da *descoberta*, já tem implícita a ideia de se chegar a algo que não era desconhecido, estando-se, portanto, apenas perante uma recuperação de um conhecimento (perdido ou suspenso)^[27]. A este respeito, pode destacar-se a coincidência com as idênticas reflexões desenvolvidas acerca dos Açores (Vitorino Nemésio, em Coimbra, desde o início dos anos Vinte) e sobre Cabo Verde (o primeiro número da Revista *Claridade* sai em 1936, dando voz a um debate interno já anterior e com particular expressão nos jornais e tertúlias locais).

25 A *Revolta da Madeira* (de 1931) e a *Revolta do Leite* (de 1936) devem inserir-se num período de forte contestação que se fez sentir na Madeira durante aqueles seis anos, que teve sempre motivações múltiplas – e nunca um elemento determinante – desde o problema dos abastecimentos, dos monopólios e da fome, até às reivindicações em torno e em defesa da(s) especificidade(s) madeirense(s), passando pelas questões fiscais e pela oposição política contra a Ditadura e contra o poder central.

26 Cf. sobre este assunto, para a Madeira, durante os anos em causa, Nelson Veríssimo (1985, 1989, 1990a, 1990b, 1991); para os Açores, *Actas do Congresso do I Centenário da Autonomia dos Açores* (1995), Maria João (1991, 1996), G. Reis Leite (1989, 1994 e 2001) e Álvaro Monjardino (1990 e 2001), para além de vários textos inseridos na recente *História dos Açores*, 2 vols., Ponta Delgada, IAC, 2008; para Cabo Verde, alguns dos estudos incluídos em José Hopffer Almada (coord., 2008).

27 O início das comemorações do 5.º centenário da *Descoberta* ou *Achamento* da Madeira esteve agendado para 1919, mas foi sendo sucessivamente adiado, só se iniciando formalmente em 1922. Ainda assim, entre aquela data e o início dos preparativos das comemorações, foram publicados diversos textos e realizadas diversas iniciativas e reuniões sobre o assunto.

Realce-se que nas tertúlias coimbrãs, onde Nemésio começou a reflectir sobre o seu conceito de *Açorianidade*, também participaram alguns madeirenses, como Cabral do Nascimento e Luís Vieira de Castro, entre outros, de cujos textos nos iremos socorrer mais adiante^[28]. Mais: por Coimbra, entre 1921 e 1925, também passou Manuel Lopes, um dos fundadores da *Claridade*, revista patrocinada por Manuel Velosa, “o madeirense”, assim conhecido por ser descendente de naturais da Madeira^[29].

5. O caso Cabral do Nascimento

Cabral do Nascimento é apenas um (bom) exemplo a respeito do objecto deste texto^[30]. Bastam apenas dois dos seus projectos, que não devem deixar de ser enquadrados na sua intensa produção escrita e naquilo que esta nos revela dos seus ideais políticos e do seu profundo conhecimento da História e Cultura (muito para além das madeirenses), mas que hoje parecem ser insuficientes para o tirar da penumbra do esquecimento, que o seu elevado nível intelectual e cultural justificava^[31].

28 Para este período, sem sermos exaustivos, o quadro dos intelectuais com contributo dado para a definição e compreensão da *Madeirensidade* deve contemplar pelo menos os seguintes nomes, para além dos já referidos: Alberto Artur Sarmiento, Manuel Pestana Reis, Manuel Sardinha, Carlos Martinho Lopes, Elmano Vieira, Alfredo de Freitas Branco, Ernesto Gonçalves, Francisco e Horácio Bento de Gouveia, Armando Correia, Pestana Júnior, Azevedo Ramos e até Quirino Avelino de Jesus.

29 Nos Açores, o 5.º centenário comemorou-se em 1932. Apesar de Vitorino Nemésio (1901-1978) ter definido o seu conceito de *açorianidade* em 1932 (“Açorianidade”, *Insula*, n.º 7-8, Ponta Delgada), a sua reflexão sobre a identidade açoriana é anterior àquele texto, em pelo menos uma década. Manuel Lopes (1907-2005) estudou em Coimbra no início da década de 20 (no Colégio de S. Pedro e na Escola Comercial). A partir de 1930 foi telegrafista em S. Vicente, funções que passou a desempenhar no Faial, após 1944.

30 Para o período da 1ª República portuguesa e sobre parte do seu pensamento político, veja-se Paulo Miguel Rodrigues (2010a e 2010b).

31 Apesar de tudo, Cabral do Nascimento ainda é daqueles que não se encontra totalmente esquecido. Sobre outras vertentes da produção intelectual de Cabral do Nascimento, v. Mónica Teixeira (1997 e 2005); Ana Salgueiro Rodrigues (2009 e 2010a e 2010b). Para breve está também a edição de

Durante a segunda quinzena de Agosto de 1918, com 21 anos e assinando João Cabral, publicou no *Diário da Madeira* um conjunto de cinco textos, os quais, segundo ele, constituiriam o prefácio de um livro/antologia de poetas antigos e modernos da Madeira, que afirmava estar a preparar, e sobre o qual adiantava que seria “o primeiro deste género que se publica a respeito da literatura madeirense” (sic). O título de todos os artigos era, já se vê, “Literatura Madeirense” (em cinco partes e com quatro subtítulos diferentes). A antologia prometida nunca chegou a ser publicada.

O critério empregue foi o “artístico”, tendo sido seleccionados (entre os poetas já falecidos) aqueles que lhe tinham parecido “melhores, não olhando à popularidade das composições, nem à indicação de críticos anteriores”. Esta é, sem dúvida, uma referência interessante, aberta a múltiplas deduções, demonstrando o espírito crítico e as intenções de ruptura e de inovação do jovem Cabral do Nascimento.

De passagem, esclareceu também que o facto de todos os autores serem naturais da Madeira fora um elemento determinante no processo de escolha. Infelizmente, nada mais adiantou quanto à definição do adjectivo (*madeirense*)^[32]. A justificação para esta atitude poder-se-á encontrar na circunstância de Cabral do Nascimento, na sua busca, conceber o “ser madeirense” como uma realidade em constante actualização. Uma atitude que não implica a recusa da *madeirensidade*, antes pelo contrário, representa na verdade uma ideia de *madeirensidade*, dinâmica e flutuante.

Ou seja, se é certo que, por um lado, para Cabral do Nascimento, era inconcebível definir a literatura madeirense a partir de um conjunto de características absolutas, inalteráveis e acabadas, por outro, também era evidente que ao longo da História se podiam encontrar um conjunto de autores que deviam ser incluídos *num todo*

grande parte da sua obra, com destaque para aquela que se encontra dispersa em várias publicações periódicas, um trabalho realizado sob a coordenação de Ana Salgueiro Rodrigues e a editar pela AAUMA, em colaboração com o Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais (CIERL).

32 “Pelo facto de não terem nascido no solo madeirense, vemo-nos inibidos de transcrever neste trabalho cantigas de outros trovadores do ciclo madeirense”. Por este motivo omite, por exemplo, a *Insulana*, de Manoel Tomaz (1635). *Diário da Madeira*, 18-08-1918.

regional e ser lidos como pertencentes a um sistema autónomo, dialogando entre si e com outros.

Não será despendendo acrescentar que em 1918, entre os coevos, Cabral do Nascimento destacava em particular os casos de Ernesto Gonçalves e de Luís Vieira de Castro, exactamente “por não fazerem essa detestável literatura nacionalista!”^[33].

Passados seis anos, em Janeiro de 1924, depois de tomar conhecimento de uma entrevista que o seu amigo – e antigo correligionário político – António Sardinha dera ao *Diário dos Açores*, acerca do que chamava o *problema açoriano*, mas na qual também se faziam referências à Madeira, Cabral do Nascimento escreve um texto que publica no *Diário de Notícias* e intitula “Nota à Margem”^[34].

Neste artigo, o monárquico madeirense manifesta-se contra algumas das opiniões expressas por Sardinha, começando por referir que, ao contrário do que este afirmara, só sob um ponto de vista teórico é que ainda se poderia entender as Ilhas como “pedaços de Portugal dispersos no meio do Atlântico, conservando íntegras as tradições nacionais”. Estava dado o mote.

Apesar de reconhecer afinidades doutrinárias com Sardinha e admitindo perfilar de “soluções idênticas [a Sardinha] para os problemas político-sociais”, Cabral do Nascimento diverge daquele num aspecto: não reconhece validade absoluta na afirmação do ex-líder integralista de que os “ilhéus são, acima de tudo, portugueses” (algo que, aliás, defendiam os autonomistas), aproveitando para admitir que então era dele a “única voz discordante, [a] duvidar que sejamos, *acima de tudo*, portugueses”^[35].

Convém esclarecer que, de forma alguma, Cabral do Nascimento hesitava na sua opção de ser português. Apenas pretende demonstrar que os madeirenses já não seriam *acima de tudo* portugueses. Isto não significa que *não quissem ser*

33 “Literatura Madeirense. IV”, *Diário da Madeira*, 24-08-1918.

34 *Diário de Notícias*, 26-01-1924. Até indicação contrária, todas as citações foram retiradas desta fonte.

35 Idem. Veja-se o que argumenta Ana Salgueiro Rodrigues (2008) acerca da questionação identitária madeirense em *Além-Mar* (1917) de Cabral do Nascimento. Itálico nosso.

portugueses, mas apenas que, mesmo continuando a desejar ser portugueses – e sendo-o – já não o eram *acima de tudo*.

Porquê? Porque a História e a “mistura de raças”, a “perniciosa influência do clima”, a “falta de comunicações constantes com Portugal”, o “predomínio do comércio marítimo”, a “ausência de centros de cultura” e “muitos outros factores”, que explicavam o cosmopolitismo que se vivia na Ilha, tinham provocado nela o enfraquecimento da *alma lusitana*, constantemente assediada por “inúmeros agentes de dissolução”.

Portugueses na Madeira? – perguntava, com ironia. Uma “tremendíssima quimera!” – respondia, acrescentando: “digo, repito e sustento: aqui não somos portugueses. Se isto desagrada, paciência”. Mas logo anunciava que a ninguém, mais do que a ele, “confrang[ia] tamanha situação”³⁶.

Neste quadro, depois de passagens pelas Faculdades de Direito de Lisboa (que a guerra obrigara a abandonar) e de Coimbra (onde concluíra o curso, em 1922), o então professor na Escola Industrial e Comercial (desde 1923) admitia que a “prosperidade da [sua] terra [era] grande, no ponto de vista económico”. Lamentava era que ficássemos por aí, pois se é certo que isso “basta[va] para viver”, de forma alguma poderia ser um “índice de progresso” real.

Aqui está o cerne da questão, que o levava a considerar que não valeria a pena sequer contar com as ilhas ou pelo menos com a Madeira “para uma acção de conjunto no equilíbrio português”. E não resistia a lembrar, com a sua habitual ironia, que “uma terra que vê o seu futuro na batota (alusão ao debate então existente, nos jornais e na sociedade madeirense, acerca da implementação do jogo) poderá aliar-se a Monte Carlo, mas não com a pátria de Camões e Nun’Álvares”.

A concluir, afirmava peremptório que este era o seu modo de demonstrar

36 Logo procurava demonstrar a sua afirmação, inquirindo: “onde estão as tradições portuguesas” e os “hábitos, os costumes, as aspirações comuns às da mãe-pátria? Que temos de igual aos portugueses, além da língua? E esta, alterada ainda por cima na fonética e na sintaxe, não serve por si só, de elemento de conexão. Se a classe a que os jornais chamam reverentemente a ‘nossa melhor sociedade’ é uma trapalhada heterogénea vivendo entre *foxtrots*, *cocktails* e partidas de *bridge* e ignorando se D. Afonso Henriques foi o fundador da nacionalidade portuguesa ou o inventor do *jazz band*, por outro lado o resto dos habitantes não tem melhor compreensão da alma nacional, preocupando-se unicamente com o *Arlanza* que chega ou com o *Empress of Scotland* que sai.”

o interesse que tinha pela sua terra natal, ou seja, também “apontando os seus defeitos”, preferindo-o à opção de “encher a boca com as belezas naturais [...], nem gabando as excelências do clima, que muito tem que se lhe diga”. E terminava com um desejo, que era quase uma proclamação: “que nos possamos orgulhar dalguma coisa que não seja obra natureza, c’os diabos!”.

Não tenhamos qualquer dúvida que foi exactamente nisto – e em demonstrar a imperiosa necessidade de o fazer – que se empenhou nas décadas posteriores. É, aliás, com esse objectivo que logo no mês seguinte, em Fevereiro de 1924, publica o primeiro daqueles que projectava serem os seus “Ensaio para o estudo da desnacionalização da Madeira”, que apresentou como uma vigorosa réplica ao seu colega e amigo Luís Vieira de Castro (com interesses na exploração do jogo), por considerar que este deturpara, de forma consciente e grave, a sua mensagem, ao insinuar que Cabral do Nascimento hostilizava os seus conterrâneos.

Por isso reconhecia não lhe restar outra alternativa senão iniciar de imediato a reunião das provas do mencionado “desportuguesamento” (sic). Começou pelo *português dialectal da Madeira*, por considerar a língua aquilo “que nos resta[va] de mais português”, mas garantindo que depois trataria “da raça, dos costumes, da psicologia dos habitantes e de tudo o mais que necessário for à documentação da [sua] tese”³⁷.

O projecto de ensaios acabou por seguir outras vias de concretização, que não a inicialmente concebida. Não se deduza, porém, que isto significou o fim da reflexão sobre a temática da especificidade diferenciadora da Madeira em relação a Portugal (mas sempre dentro deste). Longe disso. Na verdade, Cabral do Nascimento – em quem Alfredo de Freitas Branco, anos mais tarde, viria a identificar um sentimento “profundamente regionalista”, classificando-o como “o espírito mais cintilante da nossa geração”³⁸ – continuou a publicar na imprensa os seus estudos e reflexões sobre a realidade madeirense, sempre com o mesmo intuito e sem fugir às polémicas.

37 *Diário de Notícias*, 02-02 (I. O Dialecto) e 16-02-1924 (II. O Dialecto Madeirense).

38 *Independência*, 08-07 e 22-12-1928.

6. O caso do 5.º Centenário da Descoberta ou Achamento

Já fizemos uma breve menção ao 5.º Centenário da *Descoberta* ou *Achamento*, realizadas em 1922^[39]. O teor e tudo aquilo que envolveu estas comemorações seria suficiente para outro trabalho, mas qui apenas nos basta sublinhar que estas acabaram por se transformar num fenómeno de consagração regionalista, contribuindo para o ressurgimento e desenvolvimento dos ideais autonomistas e para a consolidação da ideia de *Madeirensidade*.

A este respeito, vejam-se apenas alguns dos artigos publicados em 1922 e 1923^[40]: “Se a Madeira quisesse...” (07-09), um texto originariamente publicado no *Correio dos Açores* (a 15-08) e dado a conhecer na Madeira por Manuel Pestana Reis, o qual, numa breve introdução, complementa a mensagem, afirmando que “se a Madeira e os Açores quisessem, tinham já dado coice...”; “Regionalismo — A Autonomia da Madeira — falou já o sentimento; fale agora a razão” e “Regionalismo — uma conversa com o Sr. Capitão Sardinha, sobre a Autonomia da Madeira” (07 e 08-11)^[41]; “A Madeira votada ao desdém — trabalhar pela nossa autonomia é um dever que a todos se impõe”, de O. J. Silva^[42]. Ao espírito destes textos, acrescente-se o que, em finais de Outubro, se afirmava no *Diário de Notícias*: “no dia em que for decretada a completa autonomia, ter-se-á descoberto a Madeira pela segunda vez”.

39 A organização destas comemorações, com a criação de uma comissão preparatória, constituída pelo major Reis Gomes (um dos seus principais impulsionadores), pelo padre Fernando Augusto da Silva, Alberto Artur Sarmiento, António Rodrigues dos Santos, Elmano Vieira, Luís Pinheiro, aos quais se juntaram dois não-madeirenses, o banqueiro Henrique Vieira de Castro (há muito radicado na Ilha) e o então capitão do porto, Adolfo João Sarmiento de Figueiredo. *Correio da Madeira*, 30-07-1922 (anuncia a Comissão Preparatória). Cf. *Elucidário Madeirense [fac-simile da ed. de 1940]* (1984), III vol., p. 163-168.

40 Para este período e a respeito de alguns destes (e de outros) textos, assim como dos seus autores, cf. Emanuel Janes (1997), Gabriel Pita (1985 e 1986), Nelson Veríssimo (1989, 1990b), p. 493-507; Alberto Vieira (1996).

41 *Correio da Madeira*, 07-09; 07 e 08-11-1922 (textos da autoria de Manuel Pestana Reis).

42 O. J. Silva, *Tribuna do Povo*, 18 e 25-11-1922.

Realizaram-se então, na Junta Geral, várias reuniões para debater estes e outros assuntos colaterais, podendo mesmo destacar-se uma, que decorreu em meados de Dezembro, da qual resultou a eleição de uma comissão para “estudar e elaborar o estatuto autonómico da Madeira”, prevendo-se, desde logo, a instituição de dois Conselhos: um *Legislativo* e outro *Executivo*, aos quais competiria “dirigir, governar e administrar o arquipélago”. Neste quadro, ao governador civil ficaria reservada uma mera função representativa, enquanto delegado do governo da Nação^[43].

Acrescente-se ainda a estas intervenções, para que se perceba o espírito de iniciativa e o vigor que durante estes anos caracterizou a elite insular, as propostas para a realização de um *Congresso Regional Madeirense*; ou a ideia de instalar um *Museu Regional da Madeira* (tarefa a cargo da comissão executiva da Câmara do Funchal), assunto que chegou a ser apresentado ao ministro do comércio; ou também as diversas propostas para desenvolver as actividades turísticas, (re)afirmando-se a sua importância para o progresso da Autonomia^[44].

Tudo isto será suficiente para fundamentar os nossos pontos de vista, mas nunca é demais lembrar que ainda assim nos abstermos de aqui fazer menção de monografias e opúsculos, ensaios ou outros textos publicados em revistas de carácter especializado, assim como da muita prosa e poesia literárias editadas em livro ou em publicações periódicas. Enfim, nem sequer nos preocupámos em fazer referência a toda essa extensa e múltipla produção bibliográfica madeirense, à qual ainda se devem acrescentar as diversas intervenções, exposições e outros eventos de carácter artístico e cultural que então se verificaram (por exemplo o teatro e o cinema), sempre com o objectivo de dar a conhecer a história, as instituições, a cultura, a economia, as finanças, a indústria, a literatura, a arte, a natureza, os hábitos, os costumes e o folclore madeirenses, contribuindo para a sua afirmação e dinamização^[45].

43 *Correio da Madeira*, 17 a 23-12-1922.

44 *Correio da Madeira*, 15-02-1923 e 23-12-1924; *Diário da Madeira*, 23-05-1924, 24-09 e 30-10-1925.

45 Veja-se, por exemplo, a obra do cineasta madeirense Manuel Luís Vieira (1885-1952), fundador,

Assim se promoveu o desenvolvimento da investigação sobre a realidade madeirense, a sua especificidade e riqueza, criando-se então as condições para o surgimento em volume(s) do famoso *Elucidário Madeirense* (1921) – ainda hoje incontornável e vezes sem conta referido, cuja génese nos remete para a primeira década do século XX, quando alguns dos seus textos começaram a ser publicados na imprensa madeirense, acabando por dar lugar à primeira grande tentativa de síntese sobre a Madeira, não por acaso definitivamente impulsionada em 1917, durante a Grande Guerra, e assumindo uma “feição popular e principalmente destinada às classes menos doutas”¹⁴⁶.

E também assim se criaram condições para que no final da década de Vinte, quando o país já caminhava a passos largos para uma nova experiência autoritária, em Dezembro de 1928, no *Independência*, do conhecido (e radical) Alfredo de Freitas Branco, Visconde do Porto da Cruz, estudioso das tradições e costumes, roçando já uma posição extrema, se afirmasse que, perante a crise que então o arquipélago atravessava, a Madeira tinha “cabeças que sab[iam] pensar, que por

no Funchal, da Empresa Cinegráfica Atlântida, que entre 1919 e 1930 realizou, para além de vários filmes e pequenos documentários, duas longas-metragens de ficção *madeirenses*, “A calúnia” (1926) e “O fauno das montanhas” (1926), sendo este um dos primeiros filmes do cinema fantástico português. Mais tarde, trabalharia com António Lopes Ribeiro.

46 A 1.^a edição do *Elucidário* (1921, 2 vols.) resultou, em grande parte, como reconhecem os seus autores, da reunião dos muitos textos que durante a década anterior foram sendo publicados não só por ambos (Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo de Meneses), mas também por Adolfo César de Noronha e Alberto Artur Sarmiento, na imprensa madeirense, com destaque para o *Heraldo da Madeira*, o *Diário da Madeira* e o *Diário de Notícias*. Depois, por paradoxal que possa parecer e ao contrário do que, em certa medida, pretendiam os seus autores a sua 2.^a edição (1940, 3 vols.) então “notavelmente acrescentada”, acabou por contribuir para uma certa cristalização da investigação histórica e da produção historiográfica madeirenses. O facto de ter sido reeditado em 1984 (3.^a edição) e em 1998 (4.^a), em ambos os casos edições fac-similadas da edição de 1940, permanecendo, ainda hoje, de uma forma algo incompreensível, como uma obra de referência, consultada e citada, amiúde, por alunos e académicos, parece comprovar aquilo que atrás afirmamos. Com custos incalculáveis no desenvolvimento da investigação, preservação e divulgação da memória colectiva madeirense. Atente-se, por exemplo, ao que Fernando A. da Silva escreveu em Março de 1924, no *Diário da Madeira*: “Já dissemos algures que a História do arquipélago está ainda por escrever. É certo que existem valiosos materiais dispersos, carreados por alguns pacientes investigadores, mas ainda não apareceu o arquitecto e o construtor do edifício. Queremos referir-nos a um moderno trabalho de crítica histórica”. Passados que estão 86 anos sobre tais palavras, que reacção teria o seu autor se lhe dissessem que hoje ainda se espera por uma simples aproximação a esse tão almejado *moderno trabalho*?

si bastariam para conduzir e resolver a nossa vida” e que sendo um “país rico, com uma situação absolutamente privilegiada, o arquipélago [...] deveria há muito ter atingido um grau de notável desenvolvimento se não estivesse acorrentado à sádica e pernicioso burocracia de Lisboa...”. O que se reivindicava, como medida mais acertada do Poder Central? Uma “autonomia ampla”, que conduzisse as ilhas madeirenses a uma “situação análoga aos Domínios britânicos”¹⁴⁷.

7. Conclusão?

A respeito da *Madeirensidade*, persistir hoje na ignorância e insistir no preconceito é continuar a defender uma obliteração, quer de um tema que faz parte da nossa Memória, quer de um debate que entendemos ser importante fazer (re) emergir. Um debate e um tema que – é essencial salientar – ultrapassam ideologias políticas e posicionamentos partidários, na medida em que não são monopólio de quem quer que seja.

É fundamental fazê-lo sem estigmas. Se reconhecemos, por vezes até com alguma superficialidade, a existência de uma *Caboverdianidade* e de uma *Açorianidade*, se alguns nem duvidam, até por natureza (note-se!), mas sobretudo por razões históricas e político-administrativas, da nossa *Portugalidade* – e aqui temos uma ideia *de* que hoje é (re)emergente em diversos fóruns –, por que razão não havemos de estudar e investigar a respeito da *Madeirensidade*, enquanto conceito operativo que nos ajudará a reflectir sobre as múltiplas modalidades identitárias (sincrónicas e diacrónicas) identificáveis no Ser insular madeirense? Aliás, como demonstrámos, nem seríamos os primeiros a fazê-lo...

Na verdade – permita-se-nos – só inovamos na intenção de repensar um conceito existente, mas ao qual nunca se atribuiu uma designação. Conscientes de que quando o fazemos, olhando o Passado e servindo-nos da Memória, avançamos

47 *Independência*, n.º 24, 10-12-1928. Visconde do Porto da Cruz que, acrescente-se, foi o autor da única aproximação a uma *História Literária da Madeira*, que publicou, em três volumes (entre 1949 e 1953), fazendo-a anteceder da cautelosa expressão “Notas e Comentários para a”.

no sentido de revelar uma *diferenciação integradora*, que se pretende realizar num todo a que se subordina.

Uma *diferenciação integradora* ou, se preferirmos, aquilo que Ulrich Beck definiu como *diferenciação inclusiva*⁴⁸ onde as idiosincrasias regionais não invalidam a integração das realidades regionais (madeirenses) em outras unidades mais abrangentes (sejam elas de matriz portuguesa, europeia ou atlântica).

Daqui emerge a defesa de um *regionalismo cosmopolita*, dinâmico e aberto, como o chegou a chamar Cabral do Nascimento. Cosmopolita, por natureza, é quase o que apetece escrever a respeito da *Madeirensidade*, em constante (re)construção, de desenvolvimento, integração e síntese, onde se destaca, com frequência, tanto o carácter translocal e transnacional do seu tecido sociocultural, como as mutações da sua mundividência. E assim deve continuar a ser.

A este respeito é preciso inquietar. A *Madeirensidade* não pode ser um passo atrás, pelo contrário, só fará sentido se for um passo em frente. Sem anátemas.

Referências bibliográficas

Anuário 2009 do Centro de Estudos de História do Atlântico (2009). 1, Funchal: SREC-CEHA.

Anuário 2010 do Centro de Estudos de História do Atlântico (2010). 2, Funchal: SREC-CEHA.

Actas do Congresso do I Centenário da Autonomia dos Açores (1995). 5 vols., Ponta Delgada: Jornal de Cultura.

Almada, J. L. H. C. (2008). *O Ano Mágico de 2006. Olhares Retrospectivos sobre a História e a Cultura Caboverdianas*. Praia: IBNL.

Almeida, O. T. (1983). *A Questão da Literatura Açoriana. Recolha de Intervenções e Revisitação*. Angra do Heroísmo: SREC.

Almeida, O. T. (1989). *Açores, Açorianos, Açorianidade – Um Espaço Cultural*. Ponta Delgada: Signo.

48 Cf. Ulrich Beck (2006).

Almeida, O. T. (1995). Em busca de clarificação do conceito de Identidade cultural - O caso açoriano como cobaia. In *Actas do Congresso do I Centenário da Autonomia dos Açores*, vol. II. Ponta Delgada: Jornal de Cultura, pp. 65-89.

Almeida, O. T. (2009). Identidade cultural: desdobrando polissemias em busca de clareza. In H. Fernandes, I. C. Henriques, J. da Silva Horta & S. C. Matos (eds.), *Nação e Identidades. Portugal, os Portugueses e os Outros*. Lisboa: Caleidoscópio, pp. 51-63.

Almeida, O. T. (2010). Açorianidade: prolongando antigas reflexões. In *Reflexão sobre Mundividências da Açorianidade*. U. Açores/DRCTC, pp. 45-58.

Beck, U. (2006). *The cosmopolitan vision*. Cambridge & Malden: Polity Press.

Burke, P. J. & Stets, J. E. (2009). *Identity Theory*. Oxford: OUP.

Elucidário Madeirense [fac-simile da ed. de 1940] (1984). 3 vols.. Funchal: DRAC.

Franco, J. E. (coord.) (2008). *Cultura Madeirense - Temas e problemas*. Porto: Campo das Letras.

Godechot, J. (1947). *Histoire de l'Atlantique*, s.l.: Bordas.

Hatemi, P. e McDermott, R. (2012). The genetics of politics: discovery, challenges, and progress. In *Trends in Genetics*, vol. 28, nº 10, pp. 525-533.

Hibbing, J. R. & Smith, K. B. (2007). The Biology of Political Behavior: An Introduction. In *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 614, 6-14.

Janes, E. (1997). *Nacionalismo e nacionalistas na Madeira dos anos Trinta (1928-1936)*. Funchal: SRTC-CEHA.

João, M. I. (1991). *Os Açores no Século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*. Lisboa: Cosmos.

João, M. I. (1996). Memória e Identidade Regional. O caso dos Açores. In *Actas do XVI Encontro da APHES*. Coimbra: FEUC, pp. 32-48.

Leal, J. (1997). Açorianidade: Literatura, Política e Etnografia. In *Etnografia*, vol. I, 2, 191-211.

Leite, G. R. (2001). A Historiografia Açoriana na 1ª Metade do Século XX – uma tentativa de compreensão. In *Arquipélago - História*, vol. V. Ponta Delgada. 527-542.

Leite, G. R. (1994). *Política e Administração nos Açores de 1890 a 1910. O 1.º*

Movimento Autonomista (2 vols.). Angra do Heroísmo: s.n..

Leite, G. R. (1989). O 2.º movimento autonomista açoriano e a importância da Madeira no seu desenvolvimento. In *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*. Funchal: DRAC, pp. 877-883.

Lestringant, F. (1995). L'insulaire des Lumières: esquisse introductive. In *Insularité. Thématiques e représentations*, J.-C. Marimoutou & J.-M. Racault (orgs.). Paris: L'Harmattan/U. de La Réunion, pp. 89-96.

Macedo, J. B. et al. (1969). Les routes portugaises de l'Atlantique. In *Las Rutas del Atlántico. Trabajos del 9.º Colóquio Internacional de História Marítima*. Sevilha: FFLUS, pp. 139-161.

Monjardino, A. (2001). Os complexos da Autonomia. In *Autonomia e História das Ilhas* (Seminário Internacional). Funchal: CEHA/SRTC, pp. 27-42.

Monjardino, A. (1990). Raízes da autonomia constitucional, In II CIHM, pp. 885-909.

Pires, A. M. (2013). *Páginas sobre Açorianidade*. Ponta Delgada: Letras Lavadas Edições.

Pita, G. J. (1985). Decadência e queda da Primeira República analisada na imprensa madeirense da época (1924-1926). In *Atlântico*, 3, 194-208.

Pita, G. J. (1986). Decadência e queda da Primeira República analisada na imprensa madeirense da época (1924-1926) (2.ª e última parte). In *Atlântico*, 4, 37-50.

Racault, J.-M. (1995). Avant-Propos: de la définition de l'île à la thématique insulaire. In *L'Insularité. Thématique et Représentations*, Marimoutou, J.-C. & Racault, J.-M. (org.). Paris: L'Harmattan.

Reflexão sobre Mundivindências da Açorianidade (2010). Castro, G., Miúdo, B. & Carvalho, M. (coords.). s.l.: U. Açores, DRCTC.

Rocha, G. P., Rodrigues, J.D., Madeira, A. B. & Monteiro, A. (2005). O Arquipélago dos Açores como espaço de fronteira, In *Arquipélago – História*, IX. 105-140.

Rodrigues, A. S. (2009). Cabral do Nascimento tradutor. Intelectual entre a vilazinha pobre e a biblioteca do mundo. In *Estudos do Século XX*, vol. 9. Coimbra: CEIS, pp. 171-194.

Rodrigues, A. S. (2008). Cultural Archipelagos: Cabral do Nascimento and João Varela. In *World Literature. World Culture. History. Theory. Analysis*, Simonsen, K.-M. & Stougaard-Nielsen, J. (ed.). Aarhus: Aarhus UP, pp. 176-191.

Rodrigues, A. S. (2010a). Insulated voices looking for the World: narratives from Atlantic Islands (Cabral do Nascimento, João Varela, João de Melo). In *A Comparative History of Literatures in Iberian Peninsula*. Amsterdam: J. Benjamins Company/ICLA, pp. 309-323.

Rodrigues, A. S. (2010b). Ilhas para além das Ilhas. Cartografia da ilheidade e processos de referência em Cabral do Nascimento (Madeira), G. T. Didial (Cabo Verde) e João de Melo (Açores). In *Anuário 2010 do Centro de Estudos de História do Atlântico*, 2, 727-746.

Rodrigues, A. S. (2011). Os imaginários culturais na construção identitária madeirense (implicações cultura/economia/relações de poder). In *Anuário 2011 do Centro de Estudos de História do Atlântico*, 3, 184-204

Rodrigues, P. M. (2010a). Cabral do Nascimento - pensador político (1915-1933). In *República e Republicanos na Madeira 1880-1926*. Funchal: SREC-CEHA, pp. 237-262.

Rodrigues, P. M. (2010b). Da insularidade: prolegómenos e contributo para o estudo dos paradigmas da Madeirensidade (1910-1926). In *Anuário 2010 do Centro de Estudos de História do Atlântico*, 2, 210-228.

Rodrigues, P. M. (2011). A Madeira durante o primeiro triénio liberal (1820-1823): autonomia, adjacência ou independência? In *Lusofonia – Tempo de Reciprocidades – Actas do IX Colóquio da AIL* (2008), vol. II, Porto: Ed. Afrontamento, pp. 451-463.

Rodrigues, P. M. (2012). Da Autonomia na Madeira: uma proposta de reapreciação da sua génese e desenvolvimento durante a primeira metade do século XIX. In *Das Autonomias à Autonomia e à Independência* (Colóquio, 2009) (coord. Avelino de F. Meneses). Ponta Delgada: Letras Lavadas Edições, pp. 153-177.

- Rodrigues, P. M. (2012, Outubro). Madeirensidade: breves reflexões em torno de um conceito identitário a repensar. In *Newsletter* do CEHA, 12, 3-4.
- Sanches, M.R., Clara, F., Duarte, J. F. & Martins, L. P. (eds.) (2011). *Europe in Black And White: Immigration, Race, and Identity in the 'Old Continent'*. Bristol/Chicago: Intellect.
- Silbert, A. (1997) [1.ª ed. 1954]. *Un Carrefour de l'Atlantique. Madère (1640-1820)*. Lisboa: Império.
- Sturdy, S. (2010). The biology of identity. In *The Philosophers' Magazine*, 48, 53-58.
- Sturdy, S., Hauskeller, C. & Tutton, R. (2013). Genetics and the sociology of identity. In *Sociology*, vol. 47, 5, 875-886.
- Teixeira, M. (1997). *Cabral do Nascimento. A palavra da confiança e a herança do simbolismo francês*. Funchal: DRAC.
- Teixeira, M. (2005). *Tendências da Literatura na Ilha da Madeira nos séculos XIX e XX*. Funchal: DRAC.
- Veríssimo, N. (1985). Em 1917 a Madeira reclama a autonomia. In *Atlântico*, 3, 230-233.
- Veríssimo, N. (1989). A nossa Autonomia. Um inquérito de Armando Pinto Correia. In *Atlântico*, 19, 197-202.
- Veríssimo, N. (1990a). Autonomia Insular: As ideias de Quirino Avelino de Jesus. In *Isleña*, 7, 32-36.
- Veríssimo, N. (1990b). O alargamento da Autonomia dos Distritos Insulares. O debate na Madeira (1922-1923). In *II C.I.H.M.*, pp. 493-507.
- Veríssimo, N. (1991). Autonomia Insular: o debate na primavera marcelista. In *Isleña*, 9, 5-20.
- Vieira, A. (1996). *A Autonomia. XX Aniversário. Breves Notas Históricas*. Funchal: DRAC-CEHA.
- Woodward, K., Silva, T. T. & Hall, S. (org.) (2005). *Identidade e Diferença. A Perspectiva dos Estudos Culturais* (4.ª ed.). Petrópolis: Editora Vozes.

Anne Martina Emonts

Centro de Artes e
Humanidades da
Universidade da Madeira

(RE)PRESENTAÇÕES VISUAIS DE MULHERES DA MADEIRA NO TRAVELOGUE DO SÉC. XX

Tem-se de aprender a ver, tem-se de aprender a pensar, tem-se de aprender a falar e escrever: o alvo em todas as três é uma cultura nobre.

Friedrich Nietzsche, *Crepúsculo dos Ídolos*,
ou *Como Filosofar com o Martelo* [1888].

Com o presente trabalho, proponho-me demonstrar, pela imagem, como se constrói um discurso a partir da pose de mulheres representativas de uma cultura, geográfica e temporalmente delimitada. Tal abordagem deriva de um enquadramento teórico-conceitual que atravessa três áreas de investigação com alguma expressão na Universidade da Madeira: os Estudos de Género e Feministas, os Estudos de Cultura – em particular as *Visual Culture Studies* – e os Estudos Regionais e Locais.

Em linha com o *cultural turn*, expressão consagrada para referir a viragem antropológica nas Ciências Humanas, esta abordagem participa naquilo que se convencionou designar como o *iconic turn*, um novo campo de investigação e de reflexão. Nele seguirei os preceitos da metodologia da “descrição densa” (*thick description*), na aceção geertziana⁴⁹ da expressão, de suportes picturais e respetivos

49 Clifford Geertz, na sua introdução “Thick Description: toward an Interpretative Theory of Culture” para *The Interpretation of Cultures* (1973), admite que pediu emprestado o conceito de Gilbert Ryle. O objetivo de uma interpretação de uma determinada cultura consiste, de acordo com Geertz (1973, p. 14), em “entrar em contacto com as vidas de estranhos” (tradução minha). A meu ver, do mesmo modo que Geertz abriu a antropologia para o campo dos Estudos de Cultura e de Literatura, é, igualmente, um dos responsáveis pela conseqüente viragem antropológica das Ciências de Cultura.